



REUNIÃO CONSELHO INTERMUNICIPAL
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE
DATA 05/06/2014
DELIBERAÇÃO aprovado

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA

2013

REGIÃO DE
EXCELENCIA

PROJETO DE
FUTURO

REUNIÃO ASSEMBLEIA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE

DATA 13/06/2014
DELIBERAÇÃO aprovado por unanimidade

OESTE
PORTUGAL



Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1. INTRODUÇÃO

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

4.2 Análise do Balanço Consolidado

4.3 Análise da Demonstração de Resultados Consolidada

4.4 Dívida Total do Grupo Autárquico

4.5 Indicadores de Gestão

4.5.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

BALANÇO CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

FLUXOS DE CAIXA

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

2. Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2013:

3. Informações de procedimentos de consolidação:

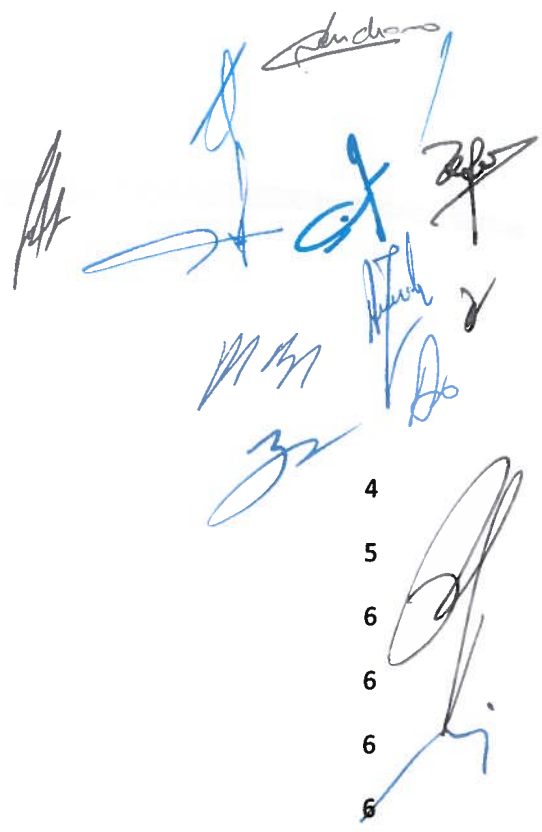
4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

6. Informações relativas a compromissos

7. Informações relativas a políticas contabilísticas






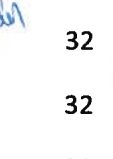



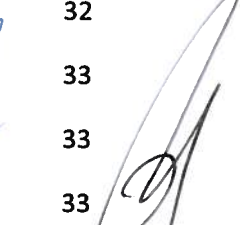


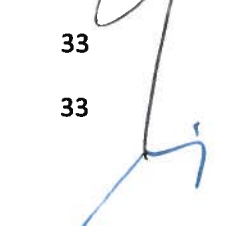
4
5
6
6
6
6
6
8
11
14
15
15
18
21
23
28
29
29
29
30
30
31
31
31
31
31



- 7.1 Imobilizações
- 7.2 Locação Financeira
- 7.3 Existências
- 7.4 Provisões
- 7.5 Dívidas de e a terceiros
- 7.6 Disponibilidades
- 7.7 Especialização do exercício

8. Informações diversas

introdução

	32
	32
	32
	32
	33
	33
	33
	33
	33
	33
	33
	33
	33



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

OESTE
PORTUGAL

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2001, os municípios integrantes da então AMO-Associação de Municípios do Oeste (Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras) deliberaram constituir uma Empresa Intermunicipal, detida a 100% pela AMO, que tinha como objeto social o fornecimento de massas asfálticas aos seus associados.

Durante mais de uma década a empresa esteve em laboração e, desde 2012, encontra-se em fase de liquidação, de acordo com a deliberação da Assembleia Intermunicipal de 15 de junho de 2012.

Desde então, a OesteCIM tem vindo a assumir a liquidação dos valores ainda em dívida pela Pisoeste.

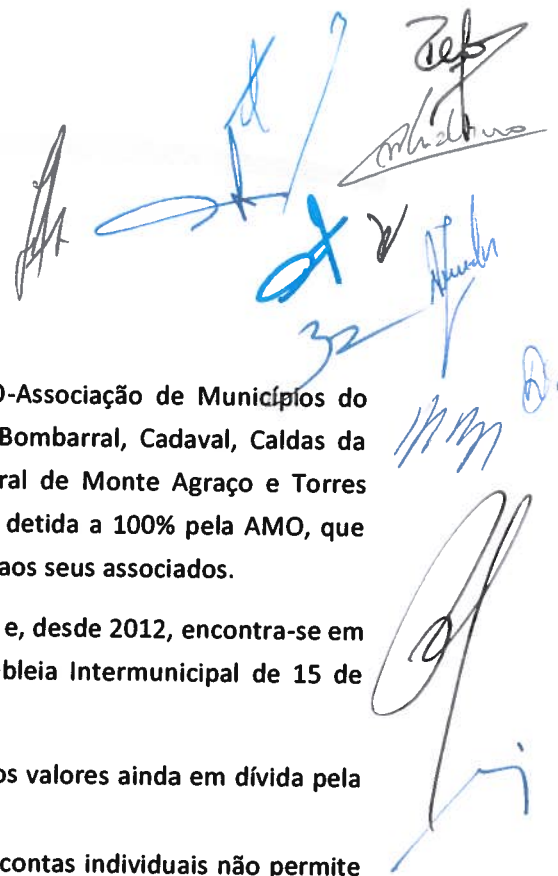
Neste contexto, facilmente se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo autárquico. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo autárquico.

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) veio determinar a obrigatoriedade da consolidação de contas para as comunidades intermunicipais que detenham empresas nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que "Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais, e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas."

O n.º 8.º do mesmo artigo estabelece que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação das contas são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

Nesta linha de pensamento, já em 15 de junho de 2010, havia sido publicada a Portaria n.º 474/2010, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, intitulada de "Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo" e cujo âmbito inclui as comunidades intermunicipais.



Em maio de 2011, foram publicadas pelo grupo SATAPOCAL um conjunto de instruções que permitiriam a aplicação deste regime de forma coerente, harmoniosa e comparável atendendo às lacunas que persistiam.

Para a realização da presente consolidação de contas foram tidos em consideração a legislação e documentos anteriormente mencionados.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, as entidades intermunicipais que detenham serviços intermunicipalizados e entidades do sector empresarial local, devem proceder à elaboração de contas consolidadas. Neste sentido, o Grupo Autárquico engloba a OesteCIM - Comunidade Intermunicipal do Oeste e a empresa intermunicipal Pisoeste – Parque de Inertes e Serviços do Oeste, EEIM.

A OesteCIM detém ainda uma participação em duas entidades societárias a saber: TrevOeste e Águas do Oeste.

No primeiro caso, a sua participação é de 1,65% num capital social de 1.336.085,00€ enquanto que no segundo caso a participação é de 0,02% num capital de 30.000.000,00€. Neste sentido, e considerando a quase inexpressiva participação nas entidades mencionadas não se incluíram as mesmas no perímetro de consolidação.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas da Comunidade Intermunicipal do Oeste foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

O ano que terminou foi conjunturalmente difícil. A situação económica e financeira debilitada de Portugal e o facto de o nosso País se encontrar vinculado a um Programa de Assistência



Económica e Financeira (PAEF), situação à qual os municípios, e conseqüentemente as Comunidades Intermunicipais, não são alheios, tem levado a uma contínua e gradual redução das receitas municipais colocando em causa alguns dos projetos ambicionados pelos municípios.

A redução das transferências do Orçamento de Estado para a OesteCIM tem simultaneamente consistido num entrave ao desenvolvimento de alguns projetos considerados como prioritários para a região. Saliente-se que, de acordo com o estipulado no artigo 50.º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro e na Lei 45/2008, de 27 de agosto a OesteCIM recebe diretamente do Orçamento de Estado apenas 0.5% dos FEF's correntes dos seus municípios integrantes, ou seja, uma redução nos FEF's municipais representa de igual modo uma redução no valor a transferir para as entidades intermunicipais.

O ano de 2013 foi marcado por uma série de novos diplomas ou diplomas já aprovados em 2012 mas que condicionaram de sobremaneira a atividade dos municípios e conseqüentemente a da OesteCIM. Para o ano de 2014, e tendo uma visão realista dos factos prevê-se que a atividade intermunicipal, seja de igual modo, condicionada por alguns dos referidos diplomas legais que passamos a evidenciar.

A entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conhecida por "Lei dos Compromissos", veio a revelar-se um instrumento de perturbação da atividade da OesteCIM e dos 12 Municípios, condicionando o efetivo cumprimento das competências constitucionalmente cometidas ao poder local e, desta forma, contribuindo para o agravamento dos problemas das respetivas populações.

O novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro vem também definir novas regras para o financiamento das diversas entidades.

A própria Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro veio trazer às autarquias locais e comunidades intermunicipais uma realidade nova à qual carecemos de adaptação. Apesar de no presente as competências serem as mesmas, o que se pretende com esta Lei é um acréscimo de competências nestas entidades intermunicipais que façam face a algumas dificuldades que os municípios já sentem na sua gestão diária. A procura de soluções globais para problemas locais, em nosso entender, passa cada vez mais por aqui.



Por outro lado, na sequência dos resultados apurados ao longo dos últimos anos e como forma de antecipação à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (RJAEPL) revogando as Leis n.ºs 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro deliberou-se extinguir a empresa intermunicipal PISOESTE e honrar os compromissos anteriormente assumidos pela mesma, facto que nesta consolidação de contas está devidamente expresso.

Do lado positivo, a operacionalização do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) constituiu um ponto positivo, permitindo de alguma forma atenuar os efeitos decorrentes do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro que decorre do Memorando assinado com a Troika. Contudo, quer as medidas aqui mencionadas quer muitas outras que diretamente não dizem respeito aos municípios e às comunidades intermunicipais condicionaram a economia portuguesa.

Tendo em consideração a conjuntura de crise a nível nacional e internacional no âmbito económico e social, o rigor e transparência na gestão autárquica na Região Oeste, vimos apresentar um relatório que reflete de forma clara, rigorosa e detalhada as atividades desenvolvidas durante o ano de 2013 pela OesteCIM e pela Pisoeste.

4.2 Análise do Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício 2013, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos. A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado - ou Ativo Fixo - e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Quadro n.º 1
Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado 2013

ATIVO	2013	Peso %
Imobilizado:	5.431.754,83 €	46,5%
Bens de domínio público	- €	
Imobilizações incorpóreas	- €	
Imobilizações corpóreas	5.421.754,83 €	46,4%
Investimentos financeiros	10.000,00 €	0,1%
Circulante:	6.249.420,73 €	53,5%
Existências:	- €	
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos: (a)	- €	
Empréstimos concedidos de m/l prazo	- €	
Dívidas de terceiros - Curto prazo:	5.650.390,25 €	48,4%
Titulos negociáveis:	- €	
Depósitos em instituições financeiras e Caixa:	546.270,74 €	4,7%
Acréscimos e diferimentos:	52.759,74 €	
Total das amortizações	2.332.700,93 €	20,0%
Total das provisões		
TOTAL DO ATIVO	11.681.175,56 €	100,0%
PASSIVO	2013	Peso %
Fundos próprios:	3.314.277,47 €	28,4%
Património	530.747,61 €	4,5%
Ajustamento de partes de capital em empresas	143.031,26 €	1,2%
Reservas:	3.651.164,26 €	31,3%
Resultados transitados	- 1.462.702,76 €	-12,5%
Resultado líquido em exercício	452.037,10 €	3,9%
Passivo:	8.366.898,09 €	71,6%
Provisões para riscos e encargos	- €	
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)	- €	
Dívidas a terceiros - Curto Prazo	1.646.778,49 €	14,1%
Acréscimos e diferimentos:	6.720.119,60 €	57,5%
TOTAL DO PASSIVO E DOS FUNDOS PRÓPRIOS	11.681.175,56 €	100,0%

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço da Comunidade Intermunicipal do Oeste permite verificar o forte peso da entidade-mãe, cuja representatividade é de 92% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Através da análise da estrutura do Ativo, podemos constatar que o peso relativo do Ativo Fixo é de 46,5%, muito semelhante aliás ao peso em termos das contas individuais das contas da Comunidade Intermunicipal do Oeste (53,4%). Em termos de Ativo Circulante, que na estrutura do ativo consolidado tem um peso de 53,5%, a posição da OesteCIM apresenta um peso ligeiramente menor (46,6%).

No que diz respeito à estrutura do Passivo, podemos afirmar que o valor de maior expressão é, sem qualquer margem para dúvida, a de acréscimos e diferimentos com uma expressividade de 57,5% resultantes, maioritariamente, do diferimento dos subsídios ao investimento.

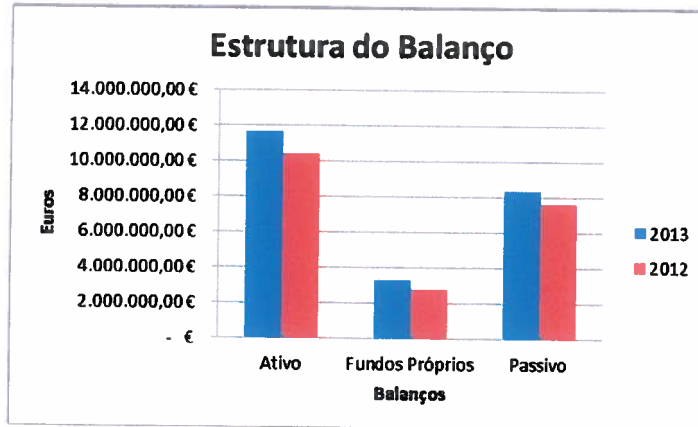
Já na estrutura dos Fundos Próprios consolidados, que representam, no final do exercício, 3.314.277,47euros, o destaque vai para a rubrica correspondente a reservas que tem um peso de 31,3% neste agregado. Há ainda que assinalar, dentro deste agregado, um contributo positivo dos Resultados Líquidos do Exercício (452.037,10€) que corresponde ao mesmo valor do Resultado Líquido de Exercício da OesteCIM uma vez que o custo do prejuízo da Pisoeste já se encontrava refletido na contabilidade desta entidade.

Quadro n.º 2
Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado
Comparação dos Anos de 2013 e 2012

Balanço	2013	2012
Ativo	11.681.175,56 €	10.390.701,77 €
Imobilizado	5.431.754,83 €	5.687.433,13 €
Circulante	6.249.420,73 €	4.703.268,64 €
Fundos Próprios	3.314.277,47 €	2.770.209,15 €
Passivo	8.366.898,09 €	7.620.492,62 €
Passivo ML Prazo	- €	6.239,06 €
Passivo CP	1.646.778,49 €	2.914.948,28 €
Acréscimos e diferimentos	6.720.119,60 €	4.699.305,28 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Machado' and '30']

GRÁFICO n.º 1
Estrutura do Balanço Consolidado
Anos de 2013 e 2012



4.3 Análise da Demonstração de Resultados Consolidada

Com a Demonstração de Resultados Consolidada pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do grupo autárquico em gerar fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos Custos e Perdas do grupo autárquico, podemos desde logo constatar que são os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's) e os Custos com Pessoal os que mais contribuem para o seu total com uma percentagem de 37,2% e 28,2%, respetivamente.

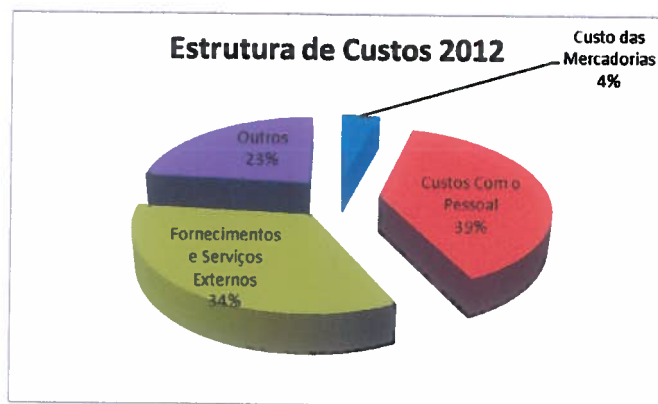
GRÁFICO n.º 2
Estrutura de Custos do ano de 2013



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Comparando a Estrutura de Custos de 2013 e 2012, verifica-se uma redução do peso dos custos com o pessoal, na ordem de 10 pp, registando-se, por outro lado, um ligeiro acréscimo dos fornecimentos e serviços externos em 3pp.

GRÁFICO n.º 3
Estrutura de Custos do ano de 2012



Do lado dos Proveitos, há que salientar o peso que as Transferências e subsídios obtidos assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por 71,3% dos proveitos do grupo autárquico. Porém, convirá também realçar a forte ascensão deste agregado entre 2012 e 2013. De facto, durante o ano de 2013, verificou-se uma maior execução das candidaturas a fundos comunitários conduzindo a um acréscimo substancial nas verbas recebidas pela OesteCIM.

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários, assistiram, por outro lado, a um acréscimo de cerca de 500.000€ decorrentes, essencialmente da alienação do património decorrente do processo de liquidação da empresa Pisoeste, EEIM.

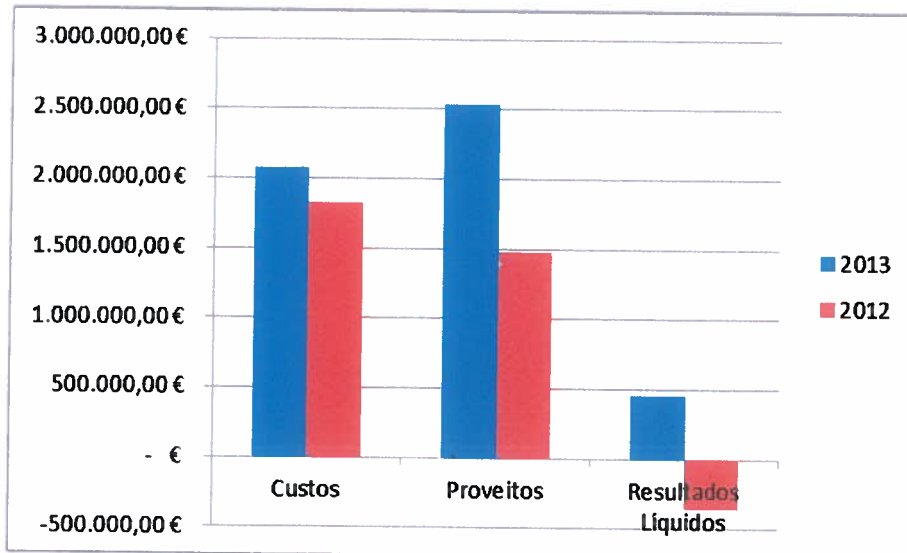
Quadro n.º 3
Síntese da Demonstração de Resultados

Descrição	2013	Peso %
Custos e perdas	- €	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	148.059,35 €	7,1%
Fornecimentos e serviços externos:	772.913,34 €	37,2%
Custos com o pessoal:	585.270,37 €	28,2%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	37.346,86 €	1,8%
Amortizações do exercício	123.667,39 €	6,0%
Provisões do exercício	- €	0,0%
Outros custos operacionais	39.989,01 €	1,9%
(A)	1.707.246,32 €	82,2%
Custos e perdas financeiros	118.892,55 €	5,7%
(C)	1.826.138,87 €	88,0%
Custos e perdas extraordinários	250.004,53 €	12,0%
(E)	2.076.143,40 €	100,0%
Proveitos e ganhos		
Vendas e prestações de serviços:		
Impostos e taxas	- 0,05 €	0,0%
Variação da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Proveitos suplementares	61.911,39 €	2,4%
Transferências e subsídios obtidos	1.804.425,59 €	71,3%
Outros proveitos e ganhos operacionais		
(B)	1.876.674,29 €	74,2%
Proveitos e ganhos financeiros	32.496,62 €	1,3%
(D)	1.909.170,91 €	75,5%
Proveitos extraordinários	620.673,63 €	24,5%
(F)	2.529.844,54 €	100,0%
Resultados Operacionais: (B - A)	169.427,97 €	
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	86.395,93 €	
Resultados Correntes: (D - C)	83.032,04 €	
Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	452.037,10 €	

Relativamente ao ano anterior, há ainda que salientar um acréscimo significativo (72%) ao nível do total dos proveitos que se refletiu na melhoria da situação económica do grupo autárquico traduzida num aumento de resultados de cerca de 805.000.€.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

GRÁFICO n.º 4.
Evolução da Estrutura de Custos



4.4 Dívida Total do Grupo Autárquico

Com a aprovação do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, doravante designado por RFALEI, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o conceito de endividamento foi significativamente alterado correspondendo presentemente à definição de dívida total considerado como passivo exigível.

Comparativamente a 2012, registou-se uma redução de 44% no valor do passivo exigível, que corresponde a 2.921.187,34€, em 2013, e a 1.646.778,49€, em 2012.

Esta diminuição é explicada pela redução dos empréstimos de curto prazo e pela redução de dívida a fornecedores.

De tudo isto resulta, uma melhoria significativa do equilíbrio financeiro do grupo autárquico.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'M. J. Silva' and 'J. M. Silva'.

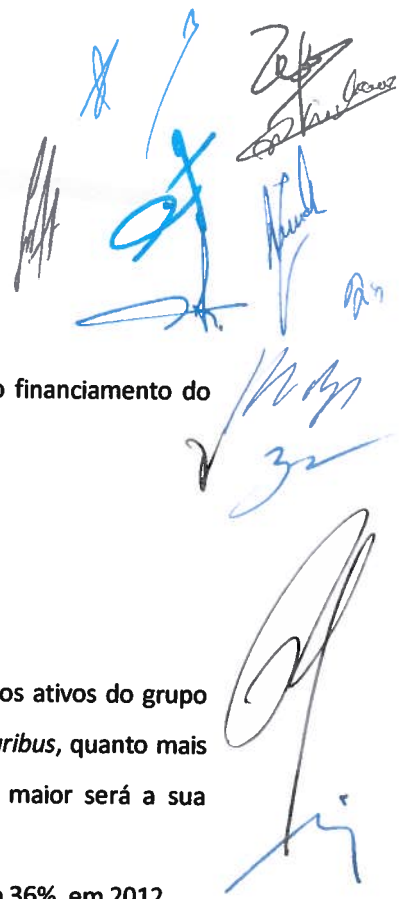
4.5 Indicadores de Gestão

4.5.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento.

Quadro n.º 4
Indicadores Económico-Financeiros

Indicadores Económico - Financeiros		2013	2012
Autonomia Financeira	<u>Fundos Próprios</u> Ativo Líquido	28%	27%
Solvabilidade	<u>Fundos Próprios</u> Passivo	40%	36%
Endividamento	<u>Passivo</u> Fundos Próprios	252%	275%
Liquidez Geral	<u>Ativo Circulante</u> Passivo Circulante	4	2
Liquidez Reduzida	<u>Ativo Circulante</u> Passivo Circulante	4	2
Liquidez Imediata	<u>Disponibilidades</u> Passivo Circulante	0,3	0,1
Cobertura do Imobilizado	<u>Fundos Permanentes</u> Imobilizado	61%	49%
Rendibilidade Fundos Próprios	<u>Resultado Líquido</u> Fundos Próprios	14%	-13%
Rendibilidade Ativo	<u>Resultado Líquido</u> Ativo	4%	-3%



Rácio de Autonomia Financeira

O rácio de autonomia financeira expressa a autonomia dos fundos próprios no financiamento do grupo autárquico registando-se uma ligeira melhoria.

Essa mesma evolução pode ser atestada pela melhoria do grau de endividamento.

Rácio de solvabilidade

O rácio de solvabilidade é um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos ativos do grupo autárquico por fundos próprios versus financiados por capitais alheios. *Ceteris paribus*, quanto mais elevado for este rácio maior a estabilidade financeira do grupo autárquico e maior será a sua capacidade de solver compromissos a médio e longo prazo.

De 2012 para 2013, regista-se uma melhoria deste rácio de 40%, em 2013, contra a 36%, em 2012.

Rácio de Endividamento

O rácio de endividamento representa o peso do passivo nos fundos próprios. Quanto mais elevado, maior a vulnerabilidade do grupo autárquico.

Este rácio regista um decréscimo significativo em 2013 comparativamente ao ano imediatamente anterior de cerca de 23 pp.

Rácios de liquidez

Os rácios de liquidez representam a noção de equilíbrio financeiro de curto prazo.

Para o ano de 2013, verifica-se que o ativo corrente é superior em 3,76 vezes o passivo corrente.

Rácio de cobertura do imobilizado

Este rácio mostra-nos o modo em como o imobilizado foi financiado e é demonstrativo do equilíbrio financeiro a médio longo prazo.

Por equilíbrio financeiro a médio longo prazo entende-se que os investimentos em imobilizado deverão ser financiados com recurso a fundos permanentes, isto é, fundos próprios e passivo de médio longo prazo.

Da análise evolutiva deste rácio concluímos que existe uma melhoria na afetação dos recursos versus vida útil do investimento (maior utilização de fundos permanentes no financiamento do ativo) uma vez

que o presente rácio evoluiu de 49% para 61% do ano de 2012 para 2013, respetivamente.

Rendibilidade dos fundos próprios

Este rácio relaciona os resultados obtidos com os fundos próprios. Concretamente, em 2013, por cada euro investido de fundos próprios são gerados resultados positivos de 0,14€.

Rendibilidade do ativo total

Este indicador relaciona o resultado obtido num determinado exercício com o ativo total do grupo autárquico, isto é, mostra o resultado obtido por cada unidade monetária investida.

Em 2013, cada euro investido gera um resultado positivo de 0,04€

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Os mapas de fluxos de caixa das duas entidades que constituem o grupo autárquico são muito díspares entre si devido ao facto de serem construídos sobre duas matrizes totalmente diferentes – a pública (POCAL) e a privada (SNC).

Neste sentido, e verificando-se uma incompatibilidade na agregação dos dados optou-se por apresentar os dados individuais quer da OesteCIM como da Pisoeste.



32
AA
AA
AA
AA
AA

BALANÇO CONSOLIDADO



BALANÇO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICIPAL
(Designação da entidade)

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	2013			2012
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terras e recursos naturais	- €	- €	- €	- €
452	Edifícios	- €	- €	- €	- €
453	Outras construções e infra-estruturas	- €	- €	- €	- €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €
459	Outros bens de domínio público	- €	- €	- €	- €
445	Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €	- €	- €	- €
		- €	- €	- €	- €
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	- €	- €	- €	- €
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	189.552,03 €	189.552,03 €	- €	- €
433	Propriedade Industrial e outros direitos	- €	- €	- €	- €
443	Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	- €	- €	- €	- €
		- €	- €	- €	- €
		189.552,03 €	189.552,03 €	- €	- €
	Imobilizações corpóreas				
421	Terras e recursos naturais	386.777,19 €	- €	386.777,19 €	376.239,34 €
422	Edifícios e outras construções	5.719.658,49 €	805.007,02 €	4.914.651,47 €	4.975.965,32 €
423	Equipamento básico	28.491,68 €	24.729,26 €	3.762,42 €	184.355,86 €
424	Equipamento de transporte	122.575,75 €	100.074,60 €	22.501,15 €	88.793,90 €
425	Ferramentas e utensílios	677,20 €	652,60 €	24,60 €	3,09 €
426	Equipamento administrativo	223.685,47 €	208.613,57 €	15.071,90 €	27.558,21 €
427	Texas e vasilhame	- €	- €	- €	- €
429	Outras imobilizações corpóreas	1.083.037,95 €	1.004.071,85 €	78.966,10 €	24.523,59 €
442	Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	- €	- €	- €	- €
		- €	- €	- €	- €
		7.584.903,73 €	2.143.148,90 €	5.421.754,83 €	5.877.433,13 €
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	10.000,00 €	- €	10.000,00 €	10.000,00 €
412	Obrigações e títulos de participação	- €	- €	- €	- €
414	Investimentos em imóveis	- €	- €	- €	- €
415	Outras aplicações financeiras	- €	- €	- €	- €
441	Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €
		- €	- €	- €	- €
		10.000,00 €	- €	10.000,00 €	10.000,00 €
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	- €	- €	- €	160.884,68 €
35	Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €
33	Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €
32	Mercadorias	- €	- €	- €	- €
37	Adiantamentos por conta de compras	- €	- €	- €	- €
		- €	- €	- €	- €
		- €	- €	- €	160.884,68 €
282	Dividas de terceiros - Médio e longo prazos: (a) Empréstimos concedidos de ml prazo	- €	- €	- €	- €
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos	- €	- €	- €	- €
211	Clientes c/c	- €	- €	- €	- €
212	Contribuintes c/c	1.174.995,79 €	- €	1.174.995,79 €	1.603.916,08 €
213	Utentes c/c	- €	- €	- €	- €
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.047,00 €	- €	1.047,00 €	1.230,00 €
251	Devedores pela execução do orçamento	- €	- €	- €	- €
229	Adiantamentos a fornecedores	- €	- €	- €	- €
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	- €	- €	- €	- €
24	Estado e outros entes públicos	5.435,67 €	- €	5.435,67 €	2.071,40 €
264	Administração autárquica	- €	- €	- €	- €
262+263+267+268	Outros devedores	4.468.911,79 €	- €	4.468.911,79 €	2.698.147,80 €
		- €	- €	- €	- €
		5.650.390,25 €	- €	5.650.390,25 €	4.305.365,28 €
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	- €	- €	- €	- €
152	Obrigações e títulos de participação	- €	- €	- €	- €
153	Títulos de dívida pública	- €	- €	- €	- €
159	Outros títulos	- €	- €	- €	- €
18	Outras aplicações de tesouraria	- €	- €	- €	- €
		- €	- €	- €	- €
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	544.852,40 €	- €	544.852,40 €	185.760,43 €
11	Caixa	1.418,34 €	- €	1.418,34 €	1.042,86 €
		546.270,74 €	- €	546.270,74 €	186.803,29 €
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1.724,88 €	- €	1.724,88 €	2.695,98 €
272	Custos diferidos	51.034,86 €	- €	51.034,86 €	47.519,41 €
		52.759,74 €	- €	52.759,74 €	50.215,39 €
	Total das amortizações		2.332.700,93 €		
	Total das provisões				
	TOTAL DO ACTIVO	14.013.876,49 €	2.332.700,93 €	11.881.175,56 €	10.390.701,77 €

BALANÇO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICIPAL
(Designação da entidade)

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2013	2012
	Fundos próprios:		
51	Património	530.747,61 €	530.747,61 €
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	143.031,26 €	143.031,26 €
56	Reservas de reavaliação	- €	- €
	Reservas:		
571	Reservas legais	381.083,38 €	381.083,38 €
572	Reservas estatutárias	- €	- €
573	Reservas contratuais	- €	- €
574	Reservas livres	2.957.684,66 €	2.957.684,66 €
575	Subsídios	- €	- €
576	Doações	312.396,22 €	220.365,00 €
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos	- €	- €
59	Resultados transferidos	1.462.702,76 €	1.108.368,62 €
88	Resultado líquido em exercício	452.037,10 €	354.334,14 €
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	3.314.277,47 €	2.770.209,15 €
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	- €	- €
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)	- €	- €
2312	Empréstimos obtidos de ml prazo	- €	6.239,06 €
227	Fornecedores - contratos futuros	- €	- €
2617	Fornecedores imobilizado - contratos futuros	- €	- €
26887	Credores diversos - contratos futuros	- €	- €
		- €	6.239,06 €
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	688.780,73 €	1.584.349,71 €
269	Adiantamentos por conta de vendas	- €	- €
221	Fornecedores c/c	883.949,49 €	1.188.813,38 €
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	- €	- €
252	Credores pela execução do orçamento	- €	- €
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	- €	- €
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	32.988,60 €	- €
24	Estado e outros entes públicos	13.914,24 €	26.275,15 €
264	Administração autárquica	3.315,03 €	3.315,03 €
262+263+265+267+268	Outros credores	22.955,04 €	111.319,65 €
222+2612+262	Garantias e Cauções	875,36 €	875,36 €
		1.846.778,49 €	2.914.948,28 €
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	168.248,46 €	285.307,97 €
274	Proveitos diferidos	6.551.871,14 €	4.413.997,31 €
		6.720.119,60 €	4.699.305,28 €
	TOTAL DO PASSIVO	8.366.898,09 €	7.620.492,62 €
	TOTAL DO PASSIVO E DOS FUNDOS PRÓPRIOS	11.681.175,56 €	10.390.701,77 €

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right side of the page.

O Órgão Executivo
Em ____ de ____ de 2014

O Órgão Deliberativo
Em ____ de ____ de 2014



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

OESTE
PORTUGAL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

GRUPO AUTÁRQUICO

(Designação da entidade)

Descrição	2013	Peso %
Custos e perdas	€	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	148.059,35 €	5,9%
Mercadorias	€	0,0%
Matérias	148.059,35 €	5,9%
Fornecimentos e serviços externos:	772.913,34 €	30,6%
Custos com o pessoal:	585.270,37 €	23,1%
Remunerações	€	0,0%
Encargos sociais	585.270,37 €	23,1%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	37.346,86 €	1,5%
Amortizações do exercício	123.667,39 €	4,9%
Provisões do exercício	€	
Outros custos operacionais	39.989,01 €	1,6%
(A)	1.707.246,32 €	67,5%
Custos e perdas financeiros	118.892,55 €	4,7%
(C)	1.826.138,87 €	72,2%
Custos e perdas extraordinários	250.004,53 €	9,9%
(E)	2.076.143,40 €	82,1%
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.664,04 €	0,1%
(G)	2.077.807,44 €	82,1%
Resultado líquido do exercício.....	452.037,10 €	17,9%
(X)	2.529.844,54 €	100,0%
Proveitos e ganhos		
Vendas e prestações de serviços:		
Venda de mercadorias	€	0,0%
Venda de produtos	10.337,36 €	0,4%
Prestações de serviços	€	0,0%
Impostos e taxas	0,05 €	0,0%
Variação da produção		
Trabalhos para a própria entidade	61.911,39 €	2,4%
Proveitos suplementares	€	
Transferências e subsídios obtidos	1.804.425,59 €	71,3%
Outros proveitos e ganhos operacionais	(B)	
	1.876.674,29 €	74,2%
Proveitos e ganhos financeiros	32.496,62 €	1,3%
(D)	1.909.170,91 €	75,5%
Proveitos extraordinários	620.673,63 €	24,5%
(F)	2.529.844,54 €	100,0%
Resultados Operacionais: (B - A)		169.427,97 €
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		86.395,93 €
Resultados Correntes: (D - C)		83.032,04 €
Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		452.037,10 €

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Aplicados' at the top right.

O Órgão Executivo

Em ____ de _____ de 2014

O Órgão Deliberativo

Em ____ de _____ de 2014



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

FLUXOS DE CAIXA



OESTECIM - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE
(Designação da entidade)

		PAGAMENTOS	
DESPESAS ORÇAMENTAIS			2.463.657,14 €
01	DESPESAS COM O PESSOAL		
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	519.088,88 €	
010104	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	396.605,93 €	
01010401	PESSOAL EM FUNCOES	258.867,76 €	
010108	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	12.085,28 €	
01010601	PESSOAL EM FUNCOES	12.085,28 €	
010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUACAO	39.867,35 €	
010111	REPRESENTACAO	8.053,00 €	
010113	SUBSIDIO DE REFEICAO	19.513,90 €	
01011302	SUBSIDIO DE REFEICAO - PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	17.208,10 €	
01011304	SUBSIDIO DE REFEICAO - PESSOAL CONTRATADO A TERMO	1.349,32 €	
01011305	SUBSIDIO DE REFEICAO - PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUACAO	956,48 €	
010114	SUBSIDIOS DE FERIAS E DE NATAL	55.840,84 €	
01011402	SUBSIDIOS DE FERIAS E DE NATAL - PESSOAL DOS QUADROS - REGIME CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	46.552,00 €	
01011404	SUBSIDIOS DE FERIAS E DE NATAL - PESSOAL CONTRATADO A TERMO	2.580,00 €	
01011405	SUBSIDIOS DE FERIAS E DE NATAL - PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUACAO	6.708,84 €	
010115	REMUNERACOES POR DOENCA E MATERNIDADE-PATERNIDADE	2.377,80 €	
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	22.923,89 €	
010204	AJUDAS DE CUSTO	3.167,81 €	
01020401	AJUDAS DE CUSTO - PESSOAL	781,33 €	
01020402	AJUDAS DE CUSTO - MEMBROS DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL	2.386,28 €	
010205	ABONO PARA FALHAS	1.966,68 €	
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	17.789,40 €	
01021302	OUTROS	17.789,40 €	
0103	SEGURANÇA SOCIAL	99.559,28 €	
010301	ENCARGOS COM A SAÚDE	5.015,45 €	
010302	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	4.354,78 €	
010303	SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	700,56 €	
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	79.957,46 €	
01030501	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ADSE)	48,75 €	
01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)	79.908,71 €	
0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	35.865,47 €	
0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	44.043,24 €	
010308	OUTRAS PENSÕES	3.550,08 €	
010309	SEGUROS	5.980,93 €	
01030901	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	5.980,93 €	
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	679.421,33 €	
0201	AQUISIÇÃO DE BENS	22.549,13 €	
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	6.996,50 €	
02010202	GASÓLEO	6.966,55 €	
02010299	OUTROS	29,95 €	
020104	LIMPEZA E HIGIENE	1.082,57 €	
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2.579,33 €	
020111	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	4,12 €	
020115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	3.879,88 €	
020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	245,44 €	
020119	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	1.584,10 €	
020121	OUTROS BENS	6.177,19 €	

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M. B.', 'D.', and others.]

OESTE CIM - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE
(Designação da entidade)

		PAGAMENTOS	
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		656.872,20 €
020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		60.391,79 €
020202	LIMPEZA E HIGIENE		6.364,49 €
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS		23.601,62 €
020205	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA		11.489,21 €
020208	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		354,24 €
020209	COMUNICAÇÕES		52.254,92 €
020210	TRANSPORTES		3.021,38 €
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		10.281,35 €
020212	SEGUROS		8.929,40 €
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		19.636,41 €
02021301	PESSOAL		13.012,81 €
02021302	MEMBROS DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL		6.623,60 €
020214	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		176.710,07 €
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		50.813,12 €
020217	PUBLICIDADE		15.411,78 €
020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		4.183,53 €
020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		3.002,34 €
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		146.579,63 €
020225	OUTROS SERVIÇOS		63.846,92 €
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.110.384,75 €
0401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		981.317,28 €
040101	PÚBLICAS		981.317,28 €
04010101	EMPRESAS PUBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS		981.317,28 €
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		6.366,00 €
040501	CONTINENTE		6.366,00 €
04050104	ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS		6.366,00 €
0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		122.701,47 €
040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		122.701,47 €
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		13,62 €
0602	DIVERSAS		13,62 €
060203	OUTRAS		13,62 €
06020304	SERVIÇOS BANCÁRIOS		13,62 €
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		154.748,56 €
0701	INVESTIMENTOS		154.748,56 €
070103	EDIFÍCIOS		1.998,75 €
07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		1.998,75 €
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		85.072,40 €
070108	SOFTWARE INFORMÁTICO		64.520,77 €
070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		156,67 €
070110	EQUIPAMENTO BÁSICO		2.999,97 €
07011002	OUTRO		2.999,97 €
	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		2.308.908,58 €
	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		154.748,56 €
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA		302.061,75 €
	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		514.636,29 €
	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		498.488,53 €
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA		16.147,76 €
	TOTAL		3.280.355,18 €

OESTECIM - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE

(Designação da entidade)

RECEBIMENTOS		Ano: 2013
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		163.770,83 €
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		146.000,23 €
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		17.770,60 €
RECEITAS ORÇAMENTAIS		2.816.145,44 €
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	0,61 €
0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	0,61 €
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,61 €
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.155.910,39 €
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	595.250,64 €
060301	ESTADO	150.710,00 €
06030199	OUTRAS	150.710,00 €
060306	ESTADO - PARTIC. COMUNITA. EM PROJ. CO-FINANCIADOS	444.540,64 €
06030601	FUNDO SOCIAL EUROPEU	46.623,75 €
06030602	FEDER	389.357,99 €
06030603	OUTROS	8.558,90 €
0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.558.659,75 €
060501	CONTINENTE	1.558.659,75 €
0607	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	2.000,00 €
060701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	2.000,00 €
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	52.803,44 €
0702	SERVIÇOS	1.230,00 €
070201	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	1.230,00 €
0703	RENDAS	51.573,44 €
070302	EDIFÍCIOS	51.573,44 €
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.258,50 €
0801	OUTRAS	3.258,50 €
080199	OUTRAS	3.258,50 €
08019901	INDENIZACÕES POR DETERIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO DE BENS PAT	3.258,50 €
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	410.000,00 €
0903	EDIFÍCIOS	400.000,00 €
090301	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	400.000,00 €
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	10.000,00 €
090406	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO LOCAL - CONTINENTE	10.000,00 €
09040601	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	10.000,00 €
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	192.707,61 €
1005	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	192.707,61 €
100501	CONTINENTE	192.707,61 €
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1.464,89 €
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1.464,89 €
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1.464,89 €
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		2.211.972,94 €
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		602.707,61 €
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		1.464,89 €
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		300.438,91 €
TOTAL		3.280.355,18 €

Pisoeste - Demonstração dos Fluxos de Caixa do período de 2013
(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		452.445,60	460.568,03
Pagamentos a fornecedores		(355.106,68)	(135.253,19)
Pagamentos ao pessoal		(158.419,14)	(243.389,80)
Caixa gerada pelas operações		(61.080,22)	81.925,04
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(4.476,27)	(4.527,91)
Outros recebimentos/pagamentos		(40.846,75)	206.617,46
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(106.403,24)	284.014,59
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		196.780,00	33.130,08
<i>Juros e rendimentos similares</i>		32.496,62	8,68
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		229.276,62	33.138,76
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>		981.317,28	
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(906.345,47)	(527.337,82)
<i>Juros e gastos similares</i>		(185.137,71)	(166.131,64)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(110.165,90)	(693.469,46)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		12.707,48	(376.316,11)
Caixa e seus equivalentes no início do período		22.157,10	6.500,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período		30.759,09	22.157,10



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Introdução

A Comunidade Intermunicipal do Oeste apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2013, reportado a 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo autárquico foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 7 do art.º 75 do RFALEI, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Entidades incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º 3 do art.º 75 da Lei 73/2013 RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e entidades Intermunicipais Lei das Finanças Locais, surge o grupo autárquico composto pelas seguintes entidades:

Entidade Mãe – OesteCIM - Comunidade Intermunicipal do Oeste

Sede Social – Avenida General Pedro Cardoso, n.º 9, 2500-922 Caldas da Rainha

Atividade Principal - Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente na área de gestão de projetos intermunicipais, promoção do planeamento e gestão estratégica de desenvolvimento económico-social e ambiental, nomeadamente, na área da saúde, educação, ordenamento do território, segurança e proteção civil, mobilidade e transportes e equipamentos culturais.

Empresa Intermunicipal – Pisoeste – Parque de Inertes e Serviços do Oeste, EEIM.

Sede Social – Avenida General Pedro Cardoso, n.º 9, 2500-922 Caldas da Rainha

Atividade Principal – Gestão de serviços de interesse geral destinados a assegurar a universalidade e continuidade dos serviços prestados, concretamente, produção, distribuição e colocação de massas asfálticas e produtos similares, no âmbito da atribuição genérica dos municípios de construir e conservar estradas, caminhos ou outras vias públicas de circulação.

Detida a 100% pela OesteCIM.

2. Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2013:

Categoria	N.º Trabalhadores	
	OesteCIM	Pisoeste, EEIM
Primeiro-Secretário	1	
Técnico Superior	10	1
Assistente Técnico	9	
Total	20	1

3. Informações de procedimentos de consolidação:

Para garantir uma uniformização da informação das entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através de reclassificações e ajustamentos que e revelam necessários, os documentos de prestação de contas das entidades consolidadas, uma vez que são concebidos em SNC - Sistema de Normalização Contabilística.

A Comunidade Intermunicipal do Oeste utiliza no processo de consolidação o método de consolidação integral.

Este método consiste na integração nas demonstrações financeiras da entidade consolidante dos elementos das demonstrações financeiras das entidades consolidadas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo

Não existe endividamento de médio longo prazo no grupo autárquico.

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

FLUXOS FINANCEIROS ENTRE ENTIDADES CONSOLIDANTES

Tipo de Fluxos	OesteCIM e Pisoeste, EEIM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Cobertura de prejuízos - anos anteriores	1.148.768,66 €			981.317,28 €	167.451,38 €					
Cobertura de prejuízos - 2013		438.457,47 €			438.457,47 €					
TOTAL	1.148.768,66 €	438.457,47 €	- €	981.317,28 €	605.908,85 €					

6. Informações relativas a compromissos

Os compromissos assumidos pela OesteCIM para exercícios futuros, relativo às entidades consolidantes figuram todos no balanço consolidado.

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos os critérios valorimétricos definidos no ponto 4 do POCAL. No que se refere à Pisoeste correspondem aos critérios de valometria do setor público administrativo os seguintes bens: viatura automóvel e o conjunto de cunhos para selo branco. Os restantes bens têm uma taxa de amortização inferior ao do setor público administrativo mas por representarem um valor residual (0,41%) face ao total da rubrica considerou-se os critérios próprios.

7.1 Imobilizações

Os bens de imobilizado do grupo autárquico foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões. Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios adequados. As despesas de reparação e manutenção sem grande relevo são consideradas como custo no ano que ocorrem.

As amortizações como definido no ponto 2.7.2. do POCAL foram efetuadas segundo o método das quotas constantes.

Investimentos Financeiros

Quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão). Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição. Exceto quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, podem ser objeto de redução, considerando o Método de Equivalência Patrimonial, aplicando a NCRF 13 «Interesses em empreendimentos conjuntos e Investimentos em associadas», publicada no Aviso n.º15655/2009, de 7 de Setembro.

7.2 Locação Financeira

Os ativos imobilizados adquiridos mediante locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

7.3 Existências

No ano de 2013, o grupo autárquico não possui existências.

7.4 Provisões

No ano de 2013, o grupo autárquico não possui provisões

7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.6 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

7.7 Especialização do exercício

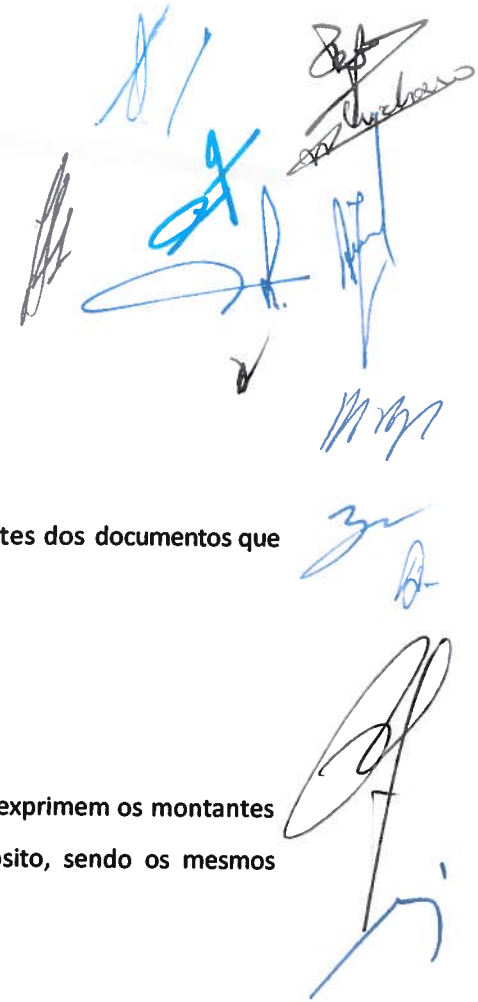
No grupo consolidado autárquico cada uma das entidades, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

8. Informações diversas

a) **Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões.**

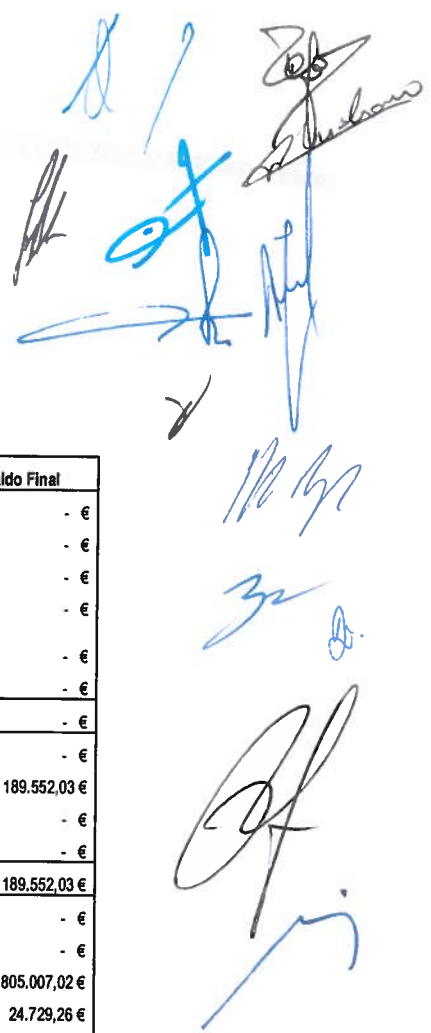
A 31 de dezembro de 2013 as rubricas dos bens de imobilizado do grupo municipal, relativos ao ativo bruto e amortizações apresentam os seguintes valores:



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

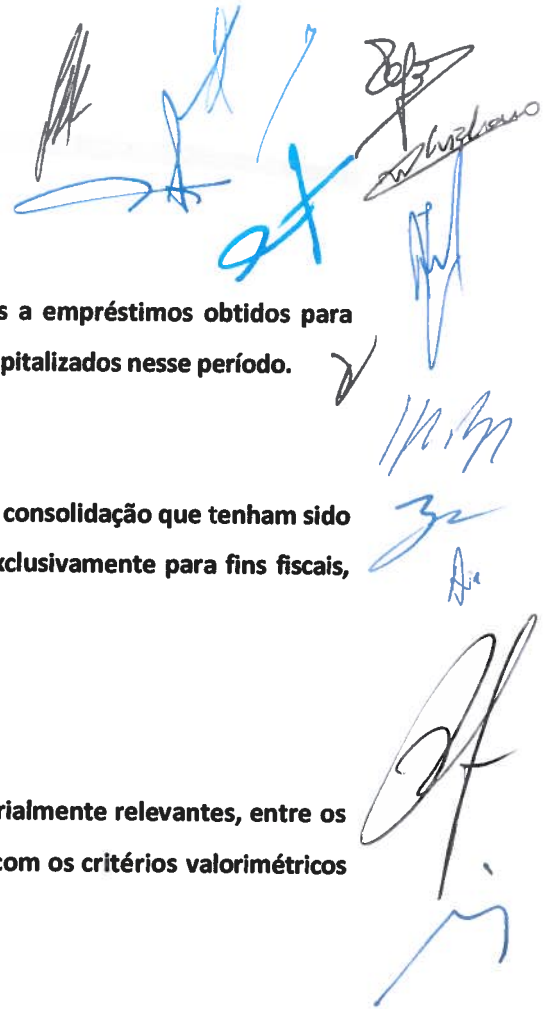
ATIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transferências e Abatos	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
EDIFÍCIOS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO,ARTISTICO E CULTURAL	- €	- €	- €	- €	- €	- €
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	189.552,03 €	- €	- €	- €	- €	189.552,03 €
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
189.552,03 €	- €	- €	- €	- €	- €	189.552,03 €
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	376.239,34 €	- €	23.007,80 €	12.469,95 €	- €	386.777,19 €
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	5.715.398,00 €	- €	71.022,17 €	66.761,68 €	- €	5.719.658,49 €
EQUIPAMENTO BÁSICO	414.259,86 €	- €	1.056,57 €	386.824,74 €	- €	28.491,68 €
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	367.079,73 €	- €	- €	192.132,00 €	52.371,98 €	122.575,75 €
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	677,20 €	- €	- €	- €	- €	677,20 €
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	231.676,71 €	- €	156,67 €	8.147,90 €	- €	223.685,47 €
TARAS E VASILHAME	- €	- €	- €	- €	- €	- €
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	1.023.484,53 €	- €	90.002,22 €	30.448,79 €	- €	1.083.037,95 €
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
8.128.815,37 €	- €	185.245,43 €	696.785,08 €	52.371,98 €	7.564.903,73 €	
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
PARTES CAPITAL	10.000,00 €	- €	- €	- €	- €	10.000,00 €
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	- €	- €	- €	- €	- €	- €
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
OUTROS TÍTULOS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
10.000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	10.000,00 €
TOTAL	8.328.367,40 €	- €	185.245,43 €	696.785,08 €	52.371,98 €	7.764.455,76 €



AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	- €	- €	- €	- €
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €
EDIFÍCIOS	- €	- €	- €	- €
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	- €	- €	- €	- €
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	- €	- €	- €	- €
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	- €	- €	- €	- €
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	189.552,03 €	- €	- €	189.552,03 €
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	- €	- €	- €	- €
PROPRIEADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	- €	- €	- €	- €
	189.552,03 €	- €	- €	189.552,03 €
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	- €	- €	- €	- €
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	739.432,68 €	79.002,02 €	13.427,68 €	805.007,02 €
EQUIPAMENTO BÁSICO	229.903,99 €	640,13 €	205.814,86 €	24.729,26 €
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	278.285,83 €	11.328,35 €	189.539,58 €	100.074,60 €
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	655,69 €	- €	3,09 €	652,60 €
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	204.143,12 €	9.277,53 €	4.807,08 €	208.613,57 €
TARAS E VASILHAME	- €	- €	- €	- €
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	998.960,94 €	24.621,97 €	19.511,06 €	1.004.071,85 €
	2.451.382,25 €	124.870,00 €	433.103,35 €	2.143.148,90 €
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	- €	- €	- €	- €
PARTES DE CAPITAL	- €	- €	- €	- €
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	- €	- €	- €	- €
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	- €	- €	- €	- €
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	- €	- €	- €	- €
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	- €	- €	- €	- €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	- €	- €	- €	- €
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	- €	- €	- €	- €
OUTROS TÍTULOS	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €
TOTAL	2.640.934,28 €	124.870,00 €	433.103,35 €	2.332.700,93 €



b) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

c) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não aplicável

d) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado.

Não aplicável

e) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado.

Não aplicável

f) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

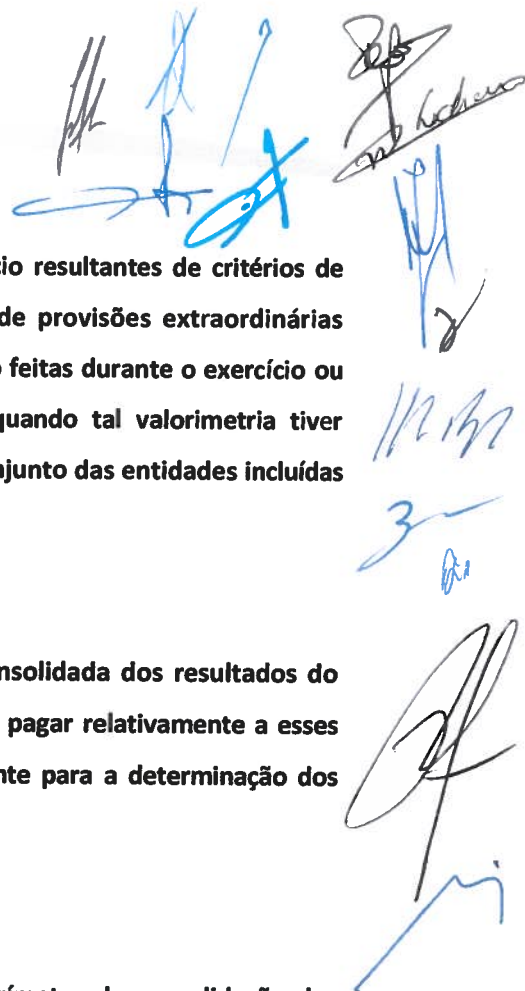
Não aplicável

g) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Não aplicável.

h) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.



i) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

j) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

k) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Entidade	Remunerações	
	Órgão Executivo	Órgão Fiscalização
OesteCIM	-€	7.057,12 €
Pisoeste	-€	6.449,76 €
Total	-€	-€

l) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

m) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

n) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujo conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não aplicável.

o) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2013	2012		2013	2012
681 - JUROS SUPOSTADOS	107.093,79 €	- €	781 - JUROS OBTIDOS	32.496,62 €	199.287,41 €
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	5.000,00 €	169.329,39 €	782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	- €	- €
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	- €	- €	783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	- €	- €
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS	- €	- €	784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	- €	- €
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS	- €	- €	785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS	- €	- €
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA	- €	- €	786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS	- €	- €
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	- €	15.929,62 €	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA	- €	- €
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	6.798,76 €	137,84 €	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	- €	- €
RESULTADOS FINANCEIROS	- 86.395,93 €	13.890,56 €			
TOTAL	32.496,62 €	199.287,41 €	TOTAL	32.496,62 €	199.287,41 €

p) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2013	2012		2013	2012
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	- €	- €	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS	- €	- €
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	- €	- €	792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS	- €	- €
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	8.000,00 €	- €	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	3.258,50 €	- €
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	207.782,28 €	3.710,53 €	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	461.708,74 €	10.800,00 €
695 - MULTAS E PENALIDADES	773,88 €	3.582,16 €	795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	- €	- €
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES	- €	- €	796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	- €	- €
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	4.421,24 €	13.878,88 €	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	100.037,58 €	49.486,41 €
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	29.027,13 €	829,06 €	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	55.668,81 €	63.189,25 €
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	370.669,10 €	101.475,03 €			
TOTAL	620.673,63 €	123.475,66 €	TOTAL	620.673,63 €	123.475,66 €

q) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Não aplicável.

r) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS ATÉ 31/12/2012	AMORTIZAÇÕES DO ANO	ABATES	VALOR CONTABILÍSTICO EM 31/12/2013
OesteCIM - Viatura Ligeira de Passageiros VW Passat 2.0 Limous 62-CP-35	39.448,96 €	29.586,71 €	4.931,11 €	0,00 €	4.931,14 €
Pisoeste - Viatura Ligeira de Passageiros OPEL Insignia 61-JG-83	35.140,00 €	13.177,50 €	4.392,50 €	0,00 €	17.570,00 €
TOTAL					22.501,14 €

s) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

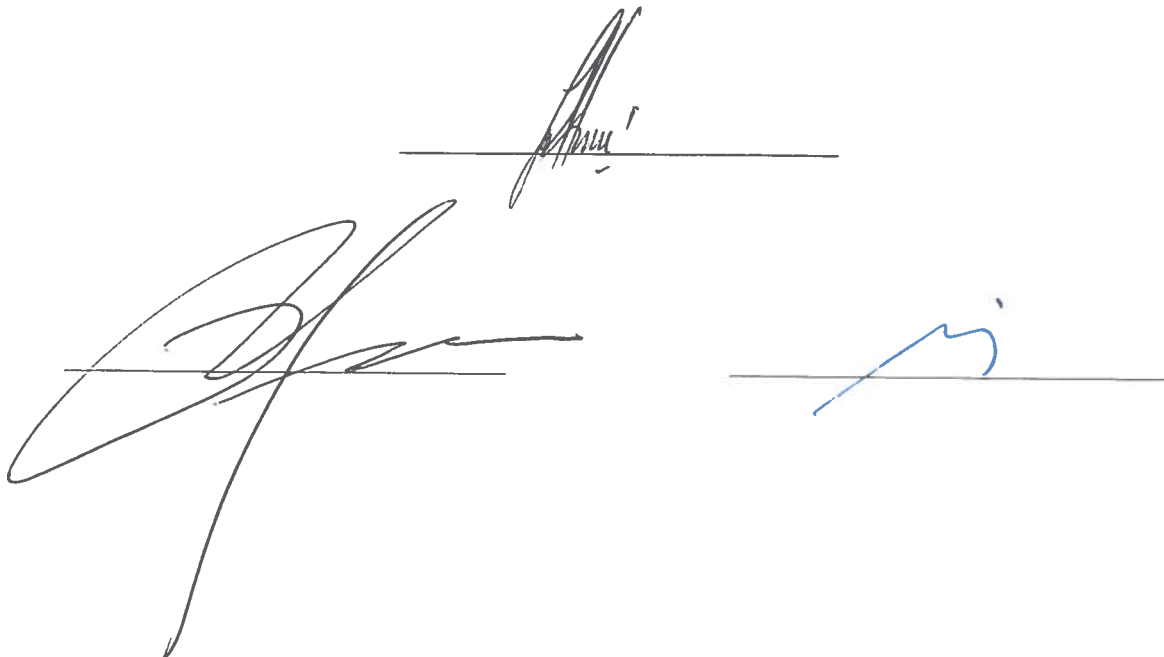
Não aplicável.

TERMO DE APRECIÇÃO FINAL

Os **Documentos de Prestação de Contas Consolidadas relativos ao exercício de 2013** do Grupo Autárquico, nos termos do número 2 do art.º 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro mereceram parecer favorável/~~desfavorável~~, por unanimidade, com 45 votos a favor, com 0 votos contra e 0 abstenções, da Assembleia Intermunicipal do Oeste em sua sessão ordinária de 13 de junho de 2014.

Caldas da Rainha, 13 de junho de 2014.

A Mesa da Assembleia Intermunicipal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras Consolidadas da **Comunidade Intermunicipal do Oeste**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de Balanço de 11.681.175,56 Euros e um total de Fundos Próprios de 3.314.277,47 Euros, incluindo um Resultado Líquido de 452.037,10 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de Demonstrações Financeiras Consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e orçamental do Município e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados, e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - A verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
 - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e

- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão Consolidado com as Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Comunidade Intermunicipal do Oeste**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

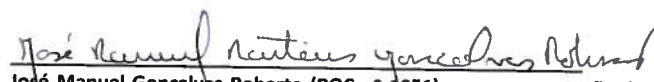
Ênfase

- 8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção que foi deliberada a dissolução da participada Pisoeste, EEIM, em 15 de Junho de 2012, com efeito a partir do registo da deliberação em 25 de Julho de 2012, pelo que foi a continuidade normal das operações afectada em consequência da mesma deliberação, não havendo comparabilidade das contas do exercício de 2013 com as do exercício precedente.

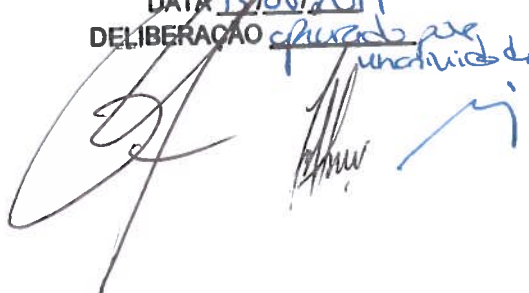
Relato sobre outros requisitos legais

- 9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 5 de Junho de 2014


José Manuel Gonçalves Roberto (ROC nº 1051), em representação da
MRG – Roberto, Graça & Associados, SROC

REUNIÃO ASSEMBLEIA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE
DATA 13/06/2014
DELIBERAÇÃO *aprovada por unanimidade*



MRG – Roberto, Graça & Associados, SROC é membro do ABC & Associados – SROC, ACE
Documento produzido de acordo com linguagem anterior ao novo Acordo Ortográfico